

PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING: UMA ANÁLISE DAS EQUIPES DE AJUDA



<https://doi.org/10.56238/arev6n1-015>

Data de submissão: 27/08/2024

Data de Publicação: 27/09/2024

Antônio Carlos Pereira Júnior

Doutorando em Design

UNESP/Bauru

E-mail: antonio.c.pereira@unesp.br

Franciele Del Vecchio dos Santos

Doutora em Educação

UNESP/Araraquara

E-mail: fran.delvecchio@gmail.com

Elenildo Freitas dos Santos

Bacharel em Direito

PUC/Minas Gerais

E-mail: elenildofreitasdossantos@hotmail.com

Elaine de Moura Correa

Assistente social

UFG

E-mail: elainemoura064837@gmail.com

Gracielle Almeida de Aguiar

Mestranda em Psicologia

UFSM

E-mail: gracielleaguiar5@gmail.com

Lucas Santos de Assis

Mestrando em Linguística

UFAL

E-mail: lucas.assis@fale.ufal.br

André Costa da Silva

Mestre em Ciências da Educação

CBS

E-mail: andre.silva522@docente.unip.br

Rayane Emanuelle de Oliveira Valentim

Mestra em Inovação e Tecnologias Educacionais

UFRN

E-mail: rayane822@hotmail.com

Francisco Lima Mota

Doutor em Geografia

UNICENTRO

E-mail: franciscocesiinema@gmail.com

Vander Aparecido de Castro

Doutorando em Educação

FICS

E-mail: castruvander@gmail.com

Fábio Henrique Sales de Lima Lau

Doutor em Ciências da Religião

UNICAP

E-mail: fabio.lau@ifal.edu.br

RESUMO

O bullying é um dos maiores desafios enfrentados pelas escolas, impactando profundamente a saúde emocional e o desenvolvimento dos alunos. Reconhecido como uma forma de violência sistemática pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o bullying gera graves consequências, que vão desde ansiedade e retraimento social até problemas psicológicos duradouros. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PENSE, 2022) revela que um em cada cinco jovens pratica bullying. Este estudo tem como objetivo discutir estratégias de prevenção e combate ao bullying, com foco na implementação das Equipes de Ajuda, uma forma de protagonismo juvenil que promove a convivência saudável e reduz a violência. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, baseada na revisão de literatura e análise de dados documentais e legislativos, incluindo estudos de Tognetta (2022), Loch et al. (2020) e Allen e Kern (2017). Os resultados indicam que as Equipes de Ajuda são uma estratégia eficaz para melhorar o clima escolar e o bem-estar dos alunos, proporcionando uma redução nos casos de bullying. No entanto, a implementação enfrenta desafios, como a falta de recursos e a necessidade de formação contínua dos educadores. O estudo conclui que, para que as escolas se tornem espaços de acolhimento e prevenção de conflitos, é necessário um esforço coletivo da comunidade escolar, apoio institucional e políticas públicas bem aplicadas, com o protagonismo juvenil como ferramenta fundamental.

Palavras-chave: Bullying escolar, Prevenção da violência, Protagonismo juvenil, Equipes de Ajuda.

1 INTRODUÇÃO

O bullying, entendido como uma forma insidiosa de violência sistemática e repetitiva, emergiu como uma das questões mais desafiadoras no contexto educacional contemporâneo, suscitando preocupações significativas em instituições de ensino ao redor do mundo. Esta prática envolve a agressão intencional e a intimidação de indivíduos em situações de vulnerabilidade, e não apenas compromete o ambiente escolar, mas também gera profundas repercussões no desenvolvimento social e emocional dos alunos. Estudos indicam que o bullying pode desencadear uma série de problemas como ansiedade, depressão e baixa autoestima, tornando urgente a implementação de intervenções eficazes e políticas educacionais que promovam um ambiente de respeito e empatia nas escolas. Esse fenômeno, ao afetar a dinâmica escolar, não só prejudica o desempenho acadêmico, mas também enfraquece o senso de segurança e pertencimento dos estudantes, fundamentais para seu desenvolvimento integral.

O bullying, caracterizado pela repetição de comportamentos agressivos e pela relação de desigualdade de poder entre o agressor e a vítima, pode se manifestar de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas e, mais recentemente, o cyberbullying¹, que expande o alcance das agressões por meio das plataformas digitais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que o bullying é uma das formas de violência mais prevalentes entre crianças e adolescentes, gerando efeitos devastadores tanto na saúde física quanto mental, comprometendo o desenvolvimento social e emocional dos jovens afetados (Arslan; Allen, 2021). Esse impacto prolongado ressalta a importância de compreender o bullying não como um problema isolado, mas como um fenômeno de saúde pública que demanda respostas abrangentes e coordenadas.

No Brasil, o cenário é alarmante. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE, 2022) revelou que um em cada cinco adolescentes, na faixa etária de 13 a 15 anos, admite ter praticado bullying contra seus colegas, com 20,8% dos estudantes entrevistados envolvidos diretamente em ações de agressão. Esses números indicam que o ambiente escolar brasileiro é marcado pela presença constante de comportamentos agressivos, que não apenas prejudicam o clima escolar, mas também afetam significativamente o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes. A frequência desses comportamentos agressivos sugere a necessidade urgente de intervenções mais eficazes nas escolas, que abordem não apenas os sintomas, mas também as causas subjacentes dessa violência.

¹ O cyberbullying é caracterizado pelo uso da internet como ferramenta para disseminar agressões, mantendo os princípios do bullying tradicional, como a repetição e a desigualdade de poder, mas com a facilidade da anonimidade e da continuidade online, o que o torna mais difícil de combater (Loch et al., 2020).

Dados complementares do DataSenado (2023) revelam que aproximadamente 6,7 milhões de estudantes foram vítimas de algum tipo de violência escolar nos últimos doze meses, o que representa 11% dos alunos matriculados no país. Quando se analisam as vivências de pessoas entre 16 e 29 anos, 52% delas relatam ter sofrido bullying durante sua época escolar, demonstrando a gravidade e a persistência desse fenômeno, que ultrapassa as barreiras temporais e continua a impactar a vida de muitos indivíduos mesmo após o término da educação básica. Esses dados sugerem que o bullying é uma questão de longo prazo, cujas consequências podem reverberar por anos, afetando a vida adulta dos que foram vítimas desse tipo de violência durante a infância e adolescência.

A gravidade e a persistência do bullying nas escolas brasileiras apontam para a necessidade de ações mais incisivas por parte das instituições educacionais. Embora existam legislações importantes, como a Lei 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, e a Lei 13.663/2018, que inclui a promoção da cultura de paz nas escolas, a aplicação prática dessas normas ainda enfrenta desafios significativos. Muitas escolas carecem de estrutura e recursos adequados para implementar medidas preventivas e de combate ao bullying de maneira eficaz, o que limita o alcance dessas iniciativas e perpetua o ciclo de violência. Esse descompasso entre a legislação e sua aplicação prática evidencia a necessidade de maior investimento e comprometimento das políticas públicas para que as escolas possam cumprir seu papel de forma mais efetiva na promoção de ambientes seguros e acolhedores.

Este artigo tem como objetivo discutir as principais estratégias de prevenção e combate ao bullying no ambiente escolar, com ênfase na implementação das Equipes de Ajuda, uma forma de protagonismo juvenil que visa promover a convivência saudável e reduzir a violência nas escolas. Ao analisar os impactos emocionais, sociais e educacionais do bullying, busca-se apresentar soluções práticas e eficazes para enfrentar esse fenômeno e construir uma cultura de respeito, empatia e apoio mútuo nas instituições de ensino. A formação dessas equipes pode ser uma ferramenta poderosa, pois envolve diretamente os próprios estudantes no processo de criação de um ambiente escolar mais seguro, incentivando a responsabilidade coletiva e o engajamento ativo no combate à violência. A esperança é que, ao empoderar os jovens e fornecer recursos adequados às escolas, seja possível transformar o ambiente escolar em um espaço de acolhimento e desenvolvimento integral para todos.

2 METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa, focada na análise de dados documentais e pesquisa bibliográfica para investigar estratégias de prevenção e combate ao bullying no ambiente escolar, com especial atenção para a implementação das Equipes de Ajuda e outras metodologias de

intervenção descritas na literatura. A escolha por uma abordagem qualitativa permite uma compreensão mais aprofundada dos impactos do bullying e das práticas de prevenção adotadas em diferentes contextos escolares.

De acordo com Gil (2010), a pesquisa qualitativa se destaca pela sua capacidade de proporcionar uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais, permitindo ao pesquisador explorar a subjetividade e a complexidade das interações humanas. Lakatos e Marconi (2017) também ressaltam que a abordagem qualitativa é essencial para a investigação de contextos específicos, uma vez que possibilita a coleta de dados que revelam as percepções e vivências dos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, a utilização de métodos qualitativos nesta pesquisa se justifica pela necessidade de capturar as nuances das experiências relacionadas ao bullying e às estratégias de intervenção, contribuindo para um entendimento mais rico e contextualizado das práticas educativas.

A pesquisa baseia-se em uma revisão de literatura de artigos científicos, relatórios e legislações sobre o tema, buscando identificar as principais contribuições teóricas e práticas que fundamentam a prevenção da violência escolar. Foram analisados estudos nacionais e internacionais, com foco em pesquisas que abordam o papel da escola na mediação de conflitos e na promoção de um ambiente de convivência saudável, como os trabalhos de Tognetta (2022), Loch et al. (2020), Allen e Kern (2017), entre outros.

Além disso, este estudo examina dados quantitativos de pesquisas como a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE, 2022) e o levantamento do DataSenado (2023), que oferecem um panorama sobre a prevalência do bullying nas escolas brasileiras. Essas fontes permitem contextualizar a dimensão do problema no Brasil, bem como avaliar a eficácia das intervenções legislativas, como a Lei 13.185/2015 e a Lei 13.663/2018.

A análise dos documentos selecionados permitiu a identificação de diferentes abordagens e metodologias de intervenção, destacando a importância de programas educativos que incentivem a empatia, a resolução pacífica de conflitos e o fortalecimento de vínculos entre alunos, professores e comunidade escolar. A revisão revelou que práticas como a formação de Equipes de Ajuda e a implementação de atividades de sensibilização são fundamentais para a construção de uma cultura de respeito e solidariedade, contribuindo para a prevenção do bullying e a promoção do bem-estar emocional dos estudantes. A partir dessas contribuições, busca-se não apenas entender as dinâmicas do bullying, mas também oferecer subsídios para a elaboração de políticas e estratégias que efetivamente enfrentem essa questão no contexto escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados e da literatura confirma que o bullying continua sendo uma questão crítica nas escolas brasileiras, com consequências sérias para a saúde emocional e o desenvolvimento dos estudantes. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE, 2022) aponta que 20,8% dos alunos do 9º ano praticaram bullying, evidenciando a prevalência do problema. Esses números são corroborados pelo DataSenado (2023), que indica que cerca de 6,7 milhões de estudantes sofreram algum tipo de violência no último ano escolar, sendo o bullying responsável por 33% dessas ocorrências.

Para enfrentar esse desafio, diversas estratégias têm sido implementadas nas escolas, com destaque para o projeto das Equipes de Ajuda. Introduzidas em 2015, essas equipes fazem parte de um Sistema de Apoio entre Iguais, em que os próprios alunos são capacitados para atuar como mediadores e apoiadores em situações de bullying, exclusão social e isolamento (Tognetta, 2022). O protagonismo juvenil, promovido por essas equipes, tem sido um dos pilares mais eficazes na prevenção da violência escolar.

A evidência empírica indica que a implementação das Equipes de Ajuda tem proporcionado um espaço seguro para que os estudantes compartilhem suas experiências e busquem soluções coletivas para conflitos, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Estudos mostram que esse modelo de intervenção não apenas reduz a incidência de bullying, mas também fortalece o senso de comunidade entre os alunos, desenvolvendo habilidades socioemocionais essenciais, como empatia e resolução de conflitos (Loch et al., 2020). O sucesso dessa abordagem, contudo, está diretamente ligado à formação contínua dos membros dessas equipes, que os capacita a atuar de forma assertiva e ética nas mediações. Isso, por sua vez, contribui para a criação de um clima escolar mais harmonioso, no qual o respeito mútuo e o diálogo são incentivados.

No entanto, é crucial reconhecer que, embora iniciativas como as Equipes de Ajuda tenham demonstrado avanços, o combate ao bullying exige um compromisso integrado de toda a comunidade escolar, envolvendo professores, gestores, alunos e famílias. A promoção de uma cultura de respeito e a implementação de políticas públicas eficazes são fundamentais para assegurar que as escolas sejam não apenas locais de aprendizado acadêmico, mas também espaços seguros e saudáveis para o desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, o sucesso dessas intervenções depende de uma atuação colaborativa e sustentada entre todos os atores envolvidos, para que as mudanças sejam duradouras e impactem positivamente a convivência escolar.

Estudos de caso corroboram o impacto positivo das Equipes de Ajuda na convivência escolar. Em uma escola pública do interior de São Paulo, a implementação dessas equipes resultou em uma redução significativa nos casos de bullying, além de uma melhora no clima escolar geral. Os alunos

envolvidos foram capacitados para identificar sinais de exclusão social, conflitos interpessoais e situações de violência, e agiram de forma proativa para acolher e orientar os colegas envolvidos. Esse processo incluiu a criação de espaços de escuta e diálogo, nos quais os estudantes puderam expressar suas dificuldades e buscar soluções colaborativas para os problemas de convivência, fortalecendo o sentimento de pertencimento à escola.

Outro exemplo relevante vem de uma escola de ensino médio na cidade de Americana, onde as Equipes de Ajuda organizaram campanhas de conscientização sobre o bullying e o cyberbullying. Nessa escola, os alunos promoveram rodas de conversa, debates e dramatizações, incentivando a reflexão sobre a importância do respeito e da empatia no ambiente escolar. O impacto dessas ações foi perceptível tanto na redução dos relatos de bullying quanto no aumento do sentimento de pertencimento dos estudantes, conforme apontado por Tognetta (2022). Essas iniciativas mostram como o protagonismo juvenil, quando bem estruturado, pode contribuir significativamente para a criação de um ambiente mais seguro e cooperativo.

O sucesso das Equipes de Ajuda se deve, em grande parte, ao envolvimento direto dos alunos no processo de prevenção e resolução de conflitos. Ao assumir um papel ativo na mediação de conflitos, os estudantes desenvolvem habilidades socioemocionais como empatia, escuta ativa e capacidade de resolver problemas de maneira colaborativa. Esse protagonismo juvenil é um fator essencial para a transformação do ambiente escolar, permitindo que os próprios alunos se tornem agentes de mudança e contribuam para a construção de uma cultura de respeito e solidariedade.

Além disso, a pesquisa revela que a presença das Equipes de Ajuda está diretamente associada à melhoria do bem-estar emocional dos alunos. Allen e Kern (2017) destacam que o sentimento de pertencimento à escola está relacionado a melhores resultados acadêmicos, maior autoestima e melhor ajustamento psicológico. Nas escolas onde essas equipes foram implementadas, observou-se um aumento no engajamento dos alunos e uma diminuição nos índices de ansiedade e solidão, conforme estudos de Souza e Tognetta (2022), que analisaram o bem-estar de 1.981 estudantes da rede pública estadual de São Paulo. Esses dados reforçam o papel crucial que o sentimento de pertencimento e a segurança emocional desempenham no sucesso acadêmico e social dos estudantes.

Contudo, a implementação das Equipes de Ajuda também enfrenta desafios, como a necessidade de treinamento contínuo para os alunos e o acompanhamento próximo dos professores e gestores escolares. Embora a Lei 13.185/2015 incentive a criação de programas de combate ao bullying, muitas escolas ainda carecem de recursos adequados para efetivar essas iniciativas de maneira eficaz. O sucesso das Equipes de Ajuda depende de um suporte institucional robusto, que

inclua a formação contínua de educadores e o envolvimento de toda a comunidade escolar, para garantir que as ações preventivas sejam sustentáveis e eficazes.

Além das Equipes de Ajuda, o Método de Preocupação Compartilhada (MPC) surge como outra estratégia eficaz de intervenção. Focado no engajamento de todos os envolvidos no bullying (agressores, vítimas e espectadores), o MPC promove a resolução colaborativa dos conflitos, incentivando o diálogo e a responsabilidade coletiva. Um estudo realizado em escolas da rede privada de São Paulo demonstrou que o uso do MPC para mediar casos de bullying resultou na criação de um ambiente mais cooperativo, onde os alunos puderam refletir sobre suas ações e se comprometer com mudanças de comportamento.

Portanto, a escola não deve ser vista apenas como um espaço onde ocorrem incidentes de violência, mas como um local privilegiado para a prevenção e resolução de conflitos. A promoção de uma cultura de convivência saudável, por meio de programas como as Equipes de Ajuda, é fundamental para a construção de um ambiente escolar acolhedor e seguro. Contudo, para que essas iniciativas sejam sustentáveis, é necessário um esforço conjunto de toda a comunidade escolar, além de políticas públicas que garantam os recursos e o suporte adequados para sua implementação contínua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressaltou a relevância de intervenções sistemáticas e contínuas para prevenir e combater o bullying no ambiente escolar, com ênfase no protagonismo juvenil promovido pelas Equipes de Ajuda. As evidências apresentadas indicam que essas equipes, quando implementadas de forma adequada, podem transformar significativamente o clima escolar, contribuindo para a redução dos índices de violência e promovendo uma cultura de respeito, empatia e solidariedade entre os alunos. Ao estimular a participação ativa dos estudantes no combate ao bullying, essas iniciativas favorecem a criação de uma atmosfera mais inclusiva e colaborativa, essencial para o desenvolvimento social e emocional dos educandos.

As Equipes de Ajuda se mostram uma estratégia eficaz ao engajar os próprios alunos no processo de mediação e resolução de conflitos, promovendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, escuta ativa e resolução pacífica de problemas. Além disso, essas iniciativas ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes à comunidade escolar, o que é fundamental para a construção de uma cultura escolar positiva. A implementação de abordagens como o Método de Preocupação Compartilhada (MPC) complementa essas ações, oferecendo uma

alternativa reflexiva e colaborativa para lidar com os casos de bullying, ao envolver tanto os agressores quanto as vítimas na busca por soluções.

Apesar dos avanços observados, a pesquisa também revelou desafios significativos na implementação dessas iniciativas, particularmente no que diz respeito à formação contínua dos profissionais da educação e ao suporte institucional necessário para assegurar a eficácia das políticas públicas. Embora a legislação existente, como a Lei 13.185/2015, seja promissora, sua aplicação enfrenta entraves nas escolas brasileiras, muitas vezes devido à falta de recursos e à carência de capacitação dos educadores. Isso reforça a importância de maiores investimentos e de um comprometimento mais efetivo por parte das políticas públicas, que devem garantir que as escolas tenham os meios necessários para implementar programas de prevenção ao bullying de forma eficaz e sustentada.

Portanto, para que as escolas possam se consolidar como espaços privilegiados de resolução de conflitos e promoção de uma convivência saudável, é essencial que todas as partes envolvidas — professores, alunos, gestores e a comunidade — atuem de maneira ativa e contínua. O protagonismo juvenil, quando aliado a uma educação que valorize o diálogo, o respeito mútuo e a empatia, apresenta-se como um caminho promissor para transformar as escolas em ambientes seguros e acolhedores, capazes de proporcionar uma formação integral aos estudantes. A colaboração de todos os atores escolares é fundamental para garantir que essas iniciativas não apenas enfrentem o bullying, mas também promovam uma cultura de paz e convivência harmoniosa nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Kelly-Ann; KERN, Margaret L. School belonging in adolescents: Theory, research and practice. Singapore: Springer Singapore, 2017.
- ARSLAN, Gökmen; ALLEN, Kelly-Ann. School victimization, school belongingness, psychological well-being, and emotional problems in adolescents. *Child Indicators Research*, v. 14, 2021, p. 1501-1517.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015-11-06;13185>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018-05-14;13663>. Acesso em: 12 set. 2024.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LOCH, Ana P. et al. Victims, bullies and bully-victims: prevalence and association with negative health outcomes from a cross-sectional study in São Paulo, Brazil. *International Journal of Public Health*, v. 65, 2020, p. 1485-1495.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório sobre a saúde mental de crianças e adolescentes: desafios e oportunidades. Genebra: OMS, 2018.
- PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR, 2022). Dados sobre bullying no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2024.
- RADLIFF, Kisha M. et al. Illuminating the relationship between bullying and substance use among middle and high school youth. *Addictive Behaviors*, v. 37, n. 4, 2012, p. 569-572.
- SOUZA, Renata C.; TOGNETTA, Luciene R. P. O sofrimento emocional em adolescentes em tempos de pandemia do Covid-19. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 2022, p. e022095-e022095.
- TAKIZAWA, Ryu; MAUGHAN, Barbara; ARSENEAULT, Louise. Adult health outcomes of childhood bullying victimization: Evidence from a five-decade longitudinal British birth cohort. *American Journal of Psychiatry*, v. 171, n. 7, 2014, p. 777-784.
- TGNETTA, Luciene R. P. A convivência como valor nas escolas públicas: Implantação de um Sistema de Apoio entre Iguais. *Americana: Editora Adonis*, v. 1, 2022.